

Jornal do Professor

Adufg 40 ANOS
SINDICATO

PUBLICAÇÃO DO SINDICATO DOS DOCENTES DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS DE GOIÁS - ANO VI - Nº 49 - AGOSTO DE 2018

EDITORIAL

Ciência que produz

O teto de gastos proposto pelo Governo Federal para 2019, por meio da Emenda Constitucional 95, vai afetar a Ciência e a Tecnologia do País. As áreas responsáveis pelo desenvolvimento de uma sociedade deveriam ser prioridade do Estado. Não é o que acontece.

Como resposta a isso, sindicatos se uniram no Dia do Basta e o Proifes-Federação discutiu amplamente o tema no XIV Encontro Nacional da entidade.

Como contribuição para a mobilização contra esta política, e em resposta a esse constante desrespeito aos pesquisadores brasileiros, o Jornal do Professor traz duas pesquisas. Financiadas por agências de fomento, elas geram conhecimento e rotatividade da economia.

O professor Thiago Rangel liderou um trabalho que une programação e Biologia. A pesquisa busca entender o processo de biodiversidade e concluiu, por exemplo, que a Cordilheira dos Andes foi responsável pela formação da Floresta Amazônica.

A Rede Bambu Goiás comercializa e doa mudas para a comunidade goiana, além de ensinar o plantio e o manejo. A madeira do futuro já tem um mercado que cada dia se consolida mais no Brasil e no mundo. A UFG contribui com esse mercado ao promover melhorias na prática e na cultura do Bambu.

Ex-presidentes fazem um resgate de como foram os anos 2000 no sindicato. A saudosa Milton Santos, que movimentou a capital goiana com shows, palestras e debates, também foi lembrada nesta edição.

O Jornal do Professor deseja a todos uma ótima leitura!

Redação: (62) 3202-1280
jornaldoprofessor.adufg@gmail.com

Professor lidera publicação na Revista Science



Thiago Rangel é o principal autor do trabalho, assinado também por Fernanda e Felizola

Páginas 8 e 9



TRAJETÓRIA: *Cláudia Zanini, da Musicoterapia, fez parte da criação do curso na UFG*

Página 16

PROIFES

Em julho ocorreu o XIV Encontro Nacional do Proifes-Federação, em São Luís, no Maranhão

Páginas 10 e 11

BAMBU

Projeto da Agronomia incentiva o cultivo de Bambu em Goiás

Páginas 6

ADUFG NA HISTÓRIA

Confira a retrospectiva da famosa Mostra Milton Santos

Página 12

Adufg 40 anos

Márcio Florentino e João de Deus lembram os anos 2000 no sindicato

Página 13

prestação de contas

Julho de 2018

1 Arrecadação, Rendimentos Financeiros e Outros		
1.1	Contribuição Filiados - Mensalidades	331.389,46
1.2	Ingressos, Eventos e Festas	0,00
1.3	Receita com Pró Labore Seguro de Vida	1.801,34
1.4	Receitas Financeiras	8.486,79
1.5	Outras Receitas	5.855,62
1.6	Resgate de aplicações financeiras	0,00
1.6.1	IRRF/IOF sobre Resgate de aplicações financeiras (-)	0,00
Total R\$		347.533,21

2 Custos e Despesas Operacionais		
2.1	Despesas com Pessoal	
2.1.1	Salários e Ordenados	69.347,30
2.1.2	Encargos Sociais	34.937,03
2.1.3	Seguro de Vida	668,57
2.1.4	Outras Despesas com Pessoal	10.178,85
2.1.5	Ginástica Laboral	550,00
2.1.6	Férias, 13º salário e Rescisões	12.359,68
2.1.7	PIS s/ Folha de Pagto.	782,28
Total R\$		128.823,71

2.2 Serviços Prestados por Terceiros		
2.2.1	Cessão de Uso de Software	1.995,63
2.2.2	Despesas com Correios	3.154,75
2.2.3	Energia Elétrica	3.270,28
2.2.4	Honorários Advocatícios	7.822,00
2.2.5	Honorários Contábeis	3.815,00
2.2.6	Locação de Equipamentos	400,00
2.2.7	Serviços Gráficos	14.893,00
2.2.8	Honorários de Auditoria	1.458,48
2.2.9	Tarifas Telefônicas e Internet	3.943,23
2.2.10	Hospedagem/manutenção/layout do site	3.607,32
2.2.11	Vigilância e Segurança	313,50
2.2.12	Comunicação/Rádio/TV/Jornal	1.600,01
2.2.13	Serviços de Informática	0,00
2.2.14	Outros Serviços de Terceiros	2.000,01
2.2.15	Água e Esgoto	667,16
Total R\$		48.940,37

2.3 Despesas Gerais		
2.3.1	Combustíveis e Lubrificantes	2.544,70
2.3.2	Despesas com Táxi	235,90
2.3.3	Despesas com Coral	5.580,80
2.3.4	Despesas com Grupo Travessias	4.616,84
2.3.5	Diárias de Viagens	15.996,81
2.3.6	Tarifas Bancárias	438,55
2.3.7	Lanches e Refeições	1.875,97
2.3.8	Quintart	11.170,30
2.3.9	Patrocínios e Doações	11.105,70
2.3.10	Manutenção de Veículos	391,10
2.3.11	Festa do Professor	0,00
2.3.12	Festa Final de Ano	0,00
2.3.13	Passagens Aéreas e Terrestres	3.283,62
2.3.14	Gêneros de Alimentação e Copa	2.126,40
2.3.15	Despesas com manutenção Sede Campeste	2.554,30
2.3.16	Hospedagens Hotéis	18.664,30
2.3.17	Material de expediente	707,75
2.3.18	Outras despesas diversas	1.089,09
2.3.19	Manutenção e Conservação	1.933,77
2.3.20	Homenagens e Condecorações	0,00
2.3.21	Despesas com Sede Adm. Jataí	2.218,29
2.3.22	Despesas com Sede Adm. Catalão	2.627,78
2.3.22	Despesas com cursos para aposentados	0,00
2.3.23	Cópias e autenticações	179,62
2.3.24	Sabadart/Festa do Professor - Jataí	535,95
2.3.25	Evento "Mais Sindicato" - Catalão	1.606,90
2.3.26	Despesas com Eleições	0,00
2.3.27	Encontro Nacional PROIFES-FEDERAÇÃO	21.825,15
2.3.28	Despesas com Espaço Saúde	1.414,62
2.3.29	Despesas com atividades do Espaço Cultural	2.400,01
2.3.30	Despesas com processos jurídicos	1.006,00
Total R\$		118.130,22

2.4 Despesas Tributárias		
2.4.1	IR sobre Folha de Pagto/Férias/Rescisões	2.424,07
2.4.2	Outras Despesas Tributárias	519,45
Total R\$		2.943,52

2.5 Repasse Fundo Social e Contribuições		
2.5.1	Repasse para C/C Fundo Social	0,00
2.5.2	CUT - Central Única dos Trabalhadores	0,00
2.5.3	Proifes Federação	27.127,39
Total R\$		27.127,39

Total Geral dos Custos e Despesas Operacionais R\$	325.965,21
3 Resultado do exercício 06.2018 (1-2)	21.568,00

4 Atividades de Investimentos		
4.1	Imobilizado	
4.1.1	Construções e Edificações	15.212,97
4.1.2	Máquinas e Equipamentos	794,63
4.1.3	Veículos	0,00
4.1.4	Móveis e Utensílios	0,00
4.1.5	Computadores e Periféricos	0,00
4.1.6	Outras Imobilizações	0,00
Total R\$		16.007,60

4.2 Intangível		
4.2.1	Programas de Computador	0,00
4.2.2	Investimentos com Marcas e Patentes	0,00
Total R\$		0,00

4.3 Aplicações Financeiras		
4.3.1	Aplicação CDB	0,00
Total R\$		0,00

Total Geral dos Investimentos R\$	16.007,60
5 Resultado Geral do exercício 06.2018 (3-4)	5.560,40

Os valores contidos nestes relatórios estão por Regime de Caixa. Regime de caixa é o regime contábil que apropria as receitas e despesas no período de seu recebimento ou pagamento, respectivamente, independentemente do momento em que são realizadas.



INFORME JURÍDICO

Abono de permanência e licença-prêmio

O Adufg-Sindicato ganhou duas ações coletivas, uma sobre abono de permanência, e uma sobre licença-prêmio.

A proposta inclusão do abono de permanência na base de cálculo do terço constitucional de férias foi vencida em primeira instância. Ainda há possibilidade de recurso para instâncias superiores.

A ação foi protocolada em outubro de 2017 contra a UFG, em favor de docentes que não recebem o valor de abono permanência incluso no adicional de férias.

A decisão foi assinada pelo juiz Juliano Taveira Bernardes, 4ª Vara Federal da Seção judiciária de Goiás. Segundo o documento, "não restam dúvidas de que os valores recebidos a título de abono de permanência devem integrar a base de cálculo do terço constitucional de férias".

"Isso confirma a posição combativa e atuante do sindicato, que tem buscado o Poder judiciário para buscar soluções para questões que a administração tem ignorado", afirma o advogado Elias Menta, assessor jurídico do Adufg Sindicato.

Também protocolada em outubro de 2017, a ação coletiva sobre licença-prêmio solicita indenização para docentes que se aposentaram ou se aposentarão sem gozar da licença prêmio.

Também estão inclusos aqueles que não utilizaram a licença para computar o tempo de forma dobrada na ocasião da aposentadoria; e para integralizar o tempo necessário para poderem usufruir do recebimento do abono de permanência.

"Os servidores que não tenham gozado a licença e nem computado o respectivo tempo para a aposentadoria ou para o recebimento do abono constitucional têm direito receber o valor correspondente em dinheiro", afirmou no documento a juíza Maria Maura Tayer, da 1ª Vara Federal da Seção judiciária de Goiás.

A sentença também é de 1º grau e cabe recurso para instâncias superiores.

Novo endereço em Jataí

A subsele administrativa do Adufg-Sindicato em Jataí está em um novo endereço:

Rua Corredor dos Protestantes, nº 319, Qd. 07 Lt. 02 - Sala 07 - Setor das Mansões. CEP: 75804357.

Agora, a subsele fica no prédio do Grupo Peça.

Os telefones permanecem os mesmos: (64) 3631-8363 e (64) 99523884

Adufg
SINDICATO

40
ANOS

PROIFES
FEDERAÇÃO

19ª Diretoria Executiva
Sindicato dos Docentes das
Universidades Federais de Goiás

Flávio Alves da Silva
Diretor Presidente

Walmirton Tadeu D' Alessandro
Diretor Vice-Presidente
e de Comunicação

Veridiana Maria Brianezi D. de Moura
Diretora-Secretária

Daniel Christino
Diretor de Promoções Sociais,
Culturais e Científicas

João Batista de Deus
Diretor Administrativo

Geovana Reis
Diretora de Assuntos Educacionais,
de Carreira e do Magistério Superior

Thyago Carvalho Marques
Diretor Financeiro

Ana Christina de Andrade Kratz
Diretora de Convênios e de
Assuntos Jurídicos

Abraão Garcia Gomes
Diretor de Assuntos de
Aposentadoria e Pensão

Luis Antônio Serrão Contim
Diretor para Assuntos Interinstitucionais

Jornal do Professor

PUBLICAÇÃO DO SINDICATO DOS
DOCENTES DAS UNIVERSIDADES
FEDERAIS DE GOIÁS

ANO VI - Nº 49

agosto de 2018

Professor Juarez Ferraz de Maia
Idealizador do projeto

Cleomar Nogueira
Projeto gráfico original

Kalyne Menezes (JP 2636 GO)
Editora responsável

Bárbara Zaiden (JP 3228 GO)
Edição e reportagem

José Abrão (JP 3331 GO)
Reportagem

Bruno Destéfano
Guilherme Fernandes
Charles Adryel
Estagiários

Diagramação: Bruno Cabral

Data de fechamento: 30/08/2018

Tiragem: 3.000 exemplares

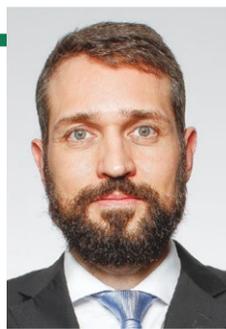
Impressão: Stylo Gráfica

jornaldoprofessor.adufg@gmail.com

9ª Avenida, 193, Leste Vila Nova -
Goiânia - Goiás - (62) 3202-1280

Acompanhe nossas redes sociais:
@adufgsindicato

www.adufg.org.br



Clodoaldo
Moreira Júnior*

Licença-prêmio aos magistrados do Tribunal de Justiça de Goiás

A Corte Especial do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás (TJGO) aprovou dois projetos de lei que geraram polêmica ao propor a criação de novos cargos e concessão de licença-prêmio aos magistrados.

A primeira sugestão legislativa solicita a criação de 33 (trinta e três) varas, 6 (seis) cargos de desembargador e 200 (duzentos) cargos comissionados e funções de confiança, em contrapartida extingue 402 (quatrocentos e dois) cargos efetivos. A segunda contempla os magistrados com a licença-prêmio, valendo-se do argumento da simetria com os membros do Ministério Público de Goiás, os quais já recebem o benefício há 20 anos.

A criação de novas varas tem o apoio popular e de toda sociedade organizada, sendo necessária para que a prestação jurisdicional seja entregue com qualidade e em tempo razoável, como determina a Constituição Federal de 1988, visto que aumenta a capacidade do Poder Judiciário em termos de estrutura física e de pessoal. Entretanto, a extinção de cargos efetivos para que haja a criação de cargos comissionados e funções de confiança representa, em termos democráticos, retrocesso pois privilegia a relação de confiança em detrimento dos rígidos critérios técnicos de seleção impostos pelo concurso público.

A licença-prêmio pleiteada pelos juízes vinculados ao TJGO no projeto de lei corresponde a 3 (três) meses sem trabalho, com remuneração, a cada quinquênio (cinco anos) no exercício de sua função, criando-se norma similar a aplicada aos membros do Ministério Público do Estado de Goiás desde 1998, quando entrou em vigor a Lei Complementar do Estado de Goiás número 25.

Pautando-se na equidade e equiparação entre a carreira da magistratura e dos integrantes do parquet, aprovado o projeto de lei a licença-prêmio teria eficácia retroativa, o que corresponde a afirmar que todos os magistrados, desde que cumpridos os requisitos exigidos, receberiam o equivalente a 20 (vinte) anos de licença prêmio, tendo como marco inicial para concessão do benefício o ano de 1998.

Em conformidade com o informado pelo Sindicato dos Advogados do Estado de Goiás, o qual tentou junto ao Conselho Nacional de Justiça – CNJ suspender o ato administrativo que aprovou projeto de lei de iniciativa do Tribunal, os pagamentos retroativos segundo estudo apresentado pela própria Diretoria Financeira do TJGO representa um gasto de 18 (dezoito) milhões de reais por mês.

Segundo a Ordem dos Advogados do Brasil Seção de Goiás (OAB/GO), na figura de seu Presidente, Lúcio Flávio Siqueira de Paiva, as medidas vão ter um custo de 220 (duzentos e vinte) milhões de reais aos cofres públicos anualmente, deixando a “Justiça mais cara e lenta”.

É evidente que a oneração dos cofres do TJGO em relação a folha de pagamento dos magistrados representará cortes com outros gastos, sendo que cogitou-se a redução da jornada de trabalho dos servidores para assim se conseguir o montante necessário para o adimplemento do retroativo pertinente a licença-prêmio, o que tornará a entrega da prestação jurisdicional mais lenta e, em muitas vezes, diante da urgência, sem objeto quando essa se materializar, anos após o ajuizamento da

demanda. O prejuízo para a sociedade e para todos os interessados na atividade do Poder Judiciário é evidente, em especial para a advocacia.

É necessário registrar que a via eleita para a implementação da licença-prêmio aos magistrados, adotada pelo TJGO, conflita com o previsto na Lei Orgânica da Magistratura Nacional (Lei Complementar nº 35 de 1979), visto que essa dispõe que “é vedada a concessão de adicionais ou vantagens pecuniárias não previstas na presente Lei, bem como em bases e limites superiores aos nela fixados” (artigo 65, § 2º), logo o projeto de lei apresenta o vício de legalidade apontado.

Apesar do problema legislativo aventado, o caso do TJGO não é isolado na federação. No Rio Grande do Norte (RN), a licença prêmio dos magistrados é prevista na Lei Complementar 606/2017, aprovada na Assembleia Legislativa daquele Estado e sancionada pelo executivo em dezembro de 2017.

Entretanto, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) não autorizou o pagamento de licenças-prêmio aos magistrados do Poder Judiciário do Rio Grande do Norte e, em abril do corrente ano (2018), suspendeu o pagamento retroativo à 1996, segundo prevê a Lei Complementar em comento.

A suspensão do benefício nos termos descritos ocorreu pois o tema, no presente momento, encontra-se em discussão no Supremo Tribunal Federal, sendo que em outubro de 2017 iniciou-se a votação do Recurso Extraordinário nº 1059466 AL, no qual um juiz do trabalho visa obter a licença-prêmio prevista em lei para os membros do Ministério Público, com base no princípio da simetria, sendo ao mesmo atribuído repercussão geral, ou seja, o julgamento do mérito da insurgência servirá de paradigma para todos os demais de mesma natureza.

Constata-se que os órgãos de classe, os cidadãos, a sociedade como um todo devem debater e fomentar a discussão acerca do Poder Judiciário, de suas necessidades e como deve ocorrer a entrega da prestação jurisdicional adequada, para que assim se atinja um resultado satisfatório a todos os interessados, ressaltando que caberá ao Supremo Tribunal Federal decidir a controvérsia que já encontra-se em andamento na Corte.

Tal confronto de ideias e concepções distintas em oposição, sendo postas frente a frente para análise, deverá servir de paradigma para se edificar uma sociedade equânime, onde os cidadãos convivem em harmonia com os três poderes, executivo, legislativo e judiciário, tendo a certeza que os representantes dos mesmos tem deveres e prerrogativas condizentes com suas atribuições, constatando que elas não representam privilégios de um grupo seletivo de servidores públicos, mas sim direitos inerentes ao exercício do cargo.

O debate é necessário e servirá para engrandecer o Estado Democrático de Direito, devendo ser estendido para todo o serviço público visando assim estabelecer direitos e deveres condizentes com as atribuições desenvolvidas em cada cargo público.

* Clodoaldo é professor da Faculdade de Direito da UFG e presidente da Comissão de Direito Constitucional da OAB - sessão Goiás.

“ O debate é necessário e servirá para engrandecer o Estado Democrático de Direito, devendo ser estendido para todo o serviço público ”



**Hélio Furtado
do Amaral***

Leitura de leigo - PARTE 1

Este depoimento tenta ser um retrato do que sucedeu a 3 professores aposentados e 5 pensionistas da UFG (já em idade provecta): a desativação de rubrica de seus proventos denominada Decisão Judicial, anulando a complementação de aposentadoria e pensão, vigente desde 1º de agosto de 1994.

Eu não compreendia a questão colocada após tantos anos; descubro agora que a Controladoria Geral da União (CGU), juntamente com o Ministério do Planejamento, está a rever todas as decisões judiciais que envolvam vantagens ou reajustes de salário, decididos tanto em 1ª Instância como em 2ª Instância. Será que o Supremo Tribunal Federal (STF) tem conhecimento dessa revisão? Ou é decorrência de sugestão subliminar de algum ente do Judiciário?

A nossa história reflete a que ponto chegou a Administração Pública no seu relacionamento com os servidores/professores. Merece ser contada, apesar de existirem muitos protagonistas da questão, a preferirem se manter em silêncio.

Este depoimento tem uma visão dicotômica: enquanto participo do grupo em função da complementação, ora contestada; enquanto me diversifico em decorrência de um Mandado de Segurança, ocorrido em 1996, sobre acumulação do artigo 62 com o 192.

1 - Antecedentes

Não quero invadir a seara dos verdadeiros operadores do Direito. Reconheço, no entanto, que não sou estranho ao universo da atividade jurídica, pois, em tempos idos, fui um inaplicado estudante de Direito das então Faculdades Metropolitanas Unidas, fui ainda funcionário do Tribunal de Justiça de São Paulo, na qualidade de assessor na extinta Vara Privativa de Menores, por quase 17 anos. Sempre me aventurei a reclamar, judicialmente, o que entendia me ser devido. É verdade que nem sempre fui bem sucedido na Justiça, como se verifica no caso dos 3,17% (resíduo salarial por força da Lei 8800/94), ou de impedimento de participação no sistema eleitoral para escolha do reitor ou de em meus contracheques constar a sigla CLT- APOS. COMPLEMENTO. Aposentado é CLT?

Não é a primeira vez que sou transformado em vítima. É uma derivação do que sucedeu com meu pai, quando, ameaçado de prisão ao propor processo contra o então prefeito de Rio Casca (MG) e seus capangas. Foi uma atitude corajosa, mas ousada, na condição de Promotor de Justiça, totalmente comum naqueles tempos da era Vargas. Recorreu então ao habeas corpus, devidamente provido pelo Presidente do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, no momento em que se candidatava à magistratura mineira.

Assim, a expressão habeas corpus ingressou no meu subconsciente, apesar da tenra idade.

2 - Consequentes

Passados anos, um fato novo me deslocou para outra realidade jurídica: não mais o habeas corpus e sim a discutida Ação Rescisória, objeto de uma Dissertação de Mestrado na Universidade de Brasília. Apesar de sua validade jurídica, defronta com o disposto no artigo 5º, inciso XXXVI, da Constituição Federal (a Lei não prejudicará o Direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada).

A ação rescisória sempre me pareceu uma medida contraditória, a beneficiar os mais aquinhoados. É o que deduzi, quando, a

pedido de uma entidade sindical, colaborei no acompanhamento dos julgamentos no Tribunal Superior do Trabalho (TST), em sua Subseção II Especializada em Dissídios Individuais. Julgamentos que diziam respeito a decisões relacionadas a ações rescisórias referentes a professores, Universidades Federais e planos econômicos. Nem falo na distribuição de processos ou nos julgamentos apressados nem nos casos de profunda discordância entre os Ministros. É o que verifiquei quando do julgamento do nosso processo (Ação Rescisória – Recurso Extraordinário nº 263013). A decisão contra nós me obrigou a escrever uma longa carta ao Ministro João Orestes Dalazen Relator, demonstrando uma contradição em sua decisão, quando a mesma Subseção II Especializada em Dissídios Individuais aprovou idêntico processo.

3 - Artigo 43 – decreto nº 94664/87

Os autores, professores e pensionistas (no início, eram 17) postularam, através de Reclamação Trabalhista 316/90, que a UFG se lhes aplicasse o disposto no artigo 43 do Decreto nº 94664. Um artigo com a seguinte redação: “os servidores já aposentados ou inativos, à vigência deste plano, gozarão dos benefícios e vantagens nele previstos. Parágrafo Único – aos aposentados e inativos equiparam-se os pensionistas. Aliás, a tese da equiparação foi reconhecida em alguns Tribunais, incluído o TST. Só que se alega que o artigo 43 se refere exclusivamente aos estatutários, o que por ser óbvio, contraria a redação do artigo: por que na Lei, além de aposentados se fala em inativos?

A sentença referente à RT 316/90, prolatada pela Juíza da então 1ª Junta de Conciliação e Julgamento de Goiânia e o acórdão do Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região foram favoráveis aos autores. O mesmo aconteceu com a Ação Cautelar Inominada para fins de Ação Rescisória. Nesse momento, a UFG, com base em planos econômicos, ingressou com Ação Rescisória junto ao TST e que lhe foi favorável. O processo percorreu os Tribunais, de 1990 (antes da implantação do Regime Jurídico Único) até 2009, com trânsito em julgado em 23/06/2009, no STF. A decisão do TST, na Ementa de autoria do Ministro João Orestes Dalazen, coloca um ponto importante: a responsabilidade pelo pagamento das diferenças salariais entre os proventos de aposentadoria e pensão do INSS e os salários dos professores da atividade não é da Universidade e, sim da Previdência Social. Seria exequível? Como conciliar essa orientação quando se fala em competência da Previdência Social?

A questão da Ação Rescisória me transformou em assíduo frequentador, juntamente com o professor Fernando Luiz Kratz, das sessões plenárias às quartas-feiras e do setor de jurisprudência do STF. Éramos estranhos ao ninho. O STF ainda não era campo de batalha em que se digladiam Ministros ora antagônicos em sua ideologia, ora aliados nas votações. Um STF que deveria ocupar-se de matérias constitucionais e se transformou em máscara do Poder Executivo. Tem-se a impressão de que alguns ministros assumem consciente ou inconscientemente o fantasma do Presidente da República que os nomeou.

A segunda parte do artigo será publicada na edição nº 50 do Jornal do Professor, de setembro de 2018.

**Hélio Furtado é professor aposentado da UFG e está envolvido no processo supracitado há 17 anos.*

RESPINGOS

Notícias do movimento docente, da vida na UFG e de questões jurídicas sobre o magistério superior

Por Daniel Christino

ERRAMOS

Na edição passada, na página 5, da editoria Respingos, publicamos uma nota sobre uma decisão da CGU em relação aos aposentados que ficou um pouco confusa. Esclarecendo: o corte mencionado na notícia não é para todos os aposentados antes de 1997. É referente a um processo conduzido há anos por um pequeno grupo de professores. Na edição 44, referente aos meses de fevereiro e março de 2018, o JP explicou todo o processo, que existe há 28 anos e envolve 17 professores aposentados. Na página 3 desta edição, o professor Hélio Furtado escreve um artigo expondo a realidade enfrentada pelos docentes que estão nesta situação há mais de vinte anos.

Investigação

O MPF-GO está investigando a UFG e o IF para identificar se eles prestaram homenagens a pessoas ligadas a regimes político-ideológicos ou cometeram violações de direitos humanos.

Não pode

As instituições não podem dar nomes a prédios e ruas nem dar títulos honoríficos, por exemplo, a Augusto Pinochet ou Getúlio Vargas.

120 anos

A Faculdade de Direito (FD) realizou congresso celebrando 120 anos. O tema foi “Os 120 anos da Faculdade de Direito: contributos e desafios ao ensino jurídico do futuro”.

Mulher negra

Para comemorar, a deusa justiça, Têmis, ganhou uma ilustração em grafite na parede da FD. Agora, a deusa é representada como uma mulher negra.

Ciência

No dia 8 de julho foi celebrado mais um Dia Nacional da Ciência em meio à crise científica no Brasil. A Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) promoveu atividades em comemoração pelas capitais do país.

Protesto

A principal atividade foi a Marcha pela Ciência, realizada em São Paulo, em protesto contra a ameaça de cortes e incentivos à pesquisa no país. Os manifestantes carregaram bonecos de Olinda de grandes cientistas, como o brasileiro Aziz Ab'saber.

ESTUPRO (ERRAMOS)

O Jornal do Professor errou na edição passada da coluna Respingos e assume, publicamente, o erro de redação, edição e revisão ao afirmar no trecho da nota da edição de julho de 2018 que o prof. Rogério Elias Rabelo “estuprou uma aluna(...)”, quando o correto seria ter escrito “Segundo denúncia do Ministério Público Federal (MPF) Rogério teria estuprado uma aluna”, conforme informado pelo Ministério Público Federal em sua “sala de imprensa”, disponível no site <http://www.mpf.mp.br/go/sala-de-imprensa/noticias-go/mpf-go-denuncia-professor-da-ufg-em-jatai-por-crimes-sexuais>. Isso posto, o Jornal do Professor reafirma que houve um erro de escrita no texto e que assim que cientificado do equívoco, prontamente indisponibilizou a nota na versão online do jornal; publicou nota no site da entidade e nesta versão da edição impressa nos mesmos termos, local, com os mesmos caracteres e sob a mesma epígrafe. Por fim, o Jornal do Professor se retrata publicamente com o professor Rogério pelo erro cometido. Link da publicação no site do Adufg-Sindicato <http://www.adufg.org.br/noticias/erramos/>



Tempo de férias: durante o final do mês de julho, o Campus Samambaia estava diferente do habitual, isto é, vazio. Nos pátios das unidades só silêncio e alguns dos cachorros que habitam o campus. Um contraste em relação à costumeira movimentação constante de pessoas durante o período de aulas. Movimento só de poucos professores e técnico-administrativos na secretaria e na coordenação das faculdades resolvendo questões burocráticas de administração para o início do segundo semestre. Porém, quem foi ao campus por qualquer motivo durante as férias pôde ver de perto os ipês floridos por toda parte, incluindo os amarelos, das fotos, na Escola de Agronomia.

Fotos: autor desconhecido

Endowment

O fundo patrimonial, inspirado no sistema de doações americano Endowment, que começou a ser adotado na USP, voltou a ser pauta de discussão acadêmica frente às ameaças de cortes.

Alternativa

Desde 2016 a Faculdade de Economia e Administração (FEA) da USP tem se mobilizado a encontrar uma forma alternativa para investir e cobrir seus gastos para depender menos de repasses governamentais.

Entraves

Porém, segundo publicação da Gazeta do Povo, ainda são muitas as dificuldades, inclusive legais, para que alunos egressos possam, por exemplo, doar recursos ou equipamentos.

Reajuste

O Adufg-Sindicato e o Proifes-Federação, junto com outras entidades de servidores públicos federais, participaram no dia 7 de agosto de reunião em Brasília sobre reajustes salariais na Lei Orçamentária Anual 2019.

Cortes

As entidades traçaram estratégias para pressionar o Congresso Nacional, especialmente contra os cortes gerados pela EC 95.

Capes

No dia 6 de agosto, durante evento em São Paulo, o ministro da Educação, Rossieli Soares, voltou a falar que as bolsas Capes para 2019 serão mantidas e realizou um repasse de R\$ 296,61 milhões para a Capes.

Normalidade

O ministro declarou, segundo a EBC, que os repasses para as instituições federais estão sendo feitos “de forma regular e sem atrasos”.

Explosão

Dois alunos e um professor ficaram levemente feridos na explosão de um laboratório de Metalurgia da COPPE/UFRJ, localizado na Ilha do Fundão, localizada na Ilha do Governador.

Invisível

Nascido em São Paulo, está ativo em Goiânia o projeto social *Invisível*, que arrecada roupas, alimentos e produtos de higiene para a população de rua.

Relatos

Os voluntários vão às ruas encontrar, conversar com as pessoas, saber as necessidades e fazer doações. Os relatos são em um perfil no Instagram e o contato pode ser feito pelo [@invisivelgo](https://www.instagram.com/invisivelgo).

Agências de pesquisa do Brasil anunciam cortes

O teto de gastos da EC 95 comprometem a pesquisa brasileira, com cortes anunciados para 2019

Bruno Destéfano



Junto a outras entidades, o Adufg-Sindicato participou do Dia do Basta, no dia 10 de agosto, no Centro de Goiânia

Capes, CNPq, SBPC e Finep anunciaram que as atividades de ensino e pesquisa no Brasil estão comprometidas em 2019. O motivo é a grave crise fiscal do Governo e a Emenda Constitucional 95 (EC 95) que estabelece um teto máximo de gastos para o governo pelos próximos 20 anos, com revisão deste teto na metade do período. A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2019 também contribuiu para este cenário.

Segundo a carta do Conselho Superior da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), 93 mil bolsistas de mestrado, doutorado e pós-doutorado terão seus pagamentos suspensos. Os Programas de Iniciação à Docência (Pibid), de Residência Pedagógica e Formação de Professores da Educação Básica, afetarão 105 mil bolsistas.

O Governo Temer já se posicionou pela manutenção destes recursos, mas isso ainda é insuficiente em termos de investimento governamental em ciência, tecnologia e inovação.

Também vão sofrer as consequências os mestrados profissionais do Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB). Mais de 245.000 pessoas, entre alunos e bolsistas, sejam eles professores, tutores, assistentes e coordenadores, estão na lista de lesados.

“Foi repassado à CAPES

um teto limitando seu [da Capes] orçamento para 2019 que representa um corte significativo em relação ao próprio orçamento de 2018, fixando um patamar muito inferior ao estabelecido pela LDO. Caso seja mantido esse teto, os impactos serão graves para os Programas de Fomento da Agência”, diz trecho do texto.

Já o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pode perder mais um terço dos recursos em 2019. De acordo com a proposta inicial, o orçamento sairia de R\$ 1,2 bilhão para R\$ 800 milhões. Isso significa uma redução de 33%.

“Hoje o Brasil tem investimentos em Pesquisa e Desenvolvimento da ordem de 1,2% do seu Produto Interno Bruto, o que compreende os dispêndios privados e públicos. É muito pouco. Para que possa alcançar novos potenciais e realizar diferentes objetivos, o Brasil precisa ampliar esse percentual para ao menos 2% de seu PIB”, dizia a carta assinada pelo presidente do Conselho, Mario Neto Borges.

O Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), que é executado pela Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), sofrerá um congelamento de 63% dos recursos.

A Finep é a secretária executiva do FNDCT que, por sua vez, apoia a compra de equipa-

mentos, prédios, infraestruturas para todos os institutos de ciência e tecnologia do país;

A verba mínima que o Fundo necessita para cumprir os compromissos já assumidos para atividades não reembolsáveis (manutenção, compra de equipamentos, financiamento de projetos, apoio às universidades e a todos os institutos de pesquisa) para o próximo ano é R\$ 1,6 bilhões. Contudo, o valor proposto pelo Governo Federal é de R\$ 746 milhões.

Em nota, o Proifes-Federação se manifestou sobre o assunto. “Os programas de pós-graduação e as bolsas que os permitem existir são a base da produção de pesquisa científica nacional, em diferentes áreas, com reflexos diretos na autonomia e desenvolvimento estratégico do Brasil. O PROIFES-Federação espera que este retrocesso não seja efetivado, e alerta que, assim como as entidades parceiras, e o setor de pesquisa e educação do país, não assistirá de modo passivo a destruição do futuro e da soberania científica e tecnológica brasileira”, dizia parte do texto.

Dia do Basta!

Contra a ED-95 e a favor das agências de pesquisa do Brasil, centrais sindicais, frentes populares, movimentos estudantis e sindicatos federados ao Proifes-Federação se organizaram e

uma mobilização nacional para dizer basta mais uma vez aos retrocessos sociais e econômicos oriundos de políticas implementadas pelo atual governo.

Chamado “Dia do Basta”, o movimento contou foi um ato de repúdio ao desmantelamento da educação, da ciência e da tecnologia. O Adufg-Sindicato esteve presente na manifestação, que ocorreu no dia 10 de agosto, no centro de Goiânia.

“A implementação da Emenda Constitucional 95 foi estrategicamente pensada para faltar recursos para a educação e, com isso, instaurar outras reformas e manutenções. A Capes e o CNPq anunciaram que, no próximo ano, não haverá recursos para realizar o pagamento de bolsas de pesquisa e extensão. A situação é deplorável e o momento exige mobilização e luta unificada”, afirmou o presidente do Adufg-Sindicato, Flávio Alves da Silva.

A professora Telma Ferreira do Nascimento, que esteve na mobilização, lembra que sem o fortalecimento de todas as categorias por meio de manifestações sociais, a luta não se faz efetiva. “Se não tivermos organização e levante popular, nós não vamos conseguir bater de frente com esse governo golpista, que tem um dos objetivos direcionados à desestabilização do Ensino Superior. Nós precisamos nos mobilizar, não tem outro jeito”.

Uso do bambu é difundido em Goiás

Até hoje, já foram descobertas seis novas espécies da planta e feitas várias doações para a comunidade promover o cultivo

O Projeto Rede Bambu Goiás, da Universidade Federal de Goiás (UFG), criou uma rede de pesquisa e desenvolvimento da cultura da planta no Estado. Ao todo, onze professores da Escola de Agronomia (EA), do Instituto de Parasitologia Tropical (IPTSP) e do Instituto de Ciências Biológicas (ICB) estão envolvidos nas atividades.

Cinco anos após a criação, as pesquisas e ações dialogam entre si em um verdadeiro núcleo de produção de conhecimento: desde a descoberta de novas espécies, passando pelo cultivo *in vitro* e o posterior plantio em viveiro, chegando à doação de mudas para a comunidade e pesquisas sobre aplicabilidade do bambu. A planta é utilizada, por exemplo, como substituta da madeira, ou para o tratamento de esgoto, a queima de carvão e até mesmo na culinária.

Em Goiânia existe uma fábrica de quadros de bicicleta com a madeira de bambu. Os cabos plásticos de escovas de dentes também encontraram um substituto, bem como as colheres de pau e outros utensílios de cozinha. Na construção civil, na produção de móveis e de acabamentos, cada dia ele está mais presente. “O bambu é a madeira do futuro”, afirma o professor Rogério Almeida, coordenador da Rede Bambu Goiás.

No início das atividades do projeto, em 2013, foram adquiridas mais de dez mil mudas para doação. Hoje são mais de sessenta espécies de bambu na coleção da UFG. As doações e vendas resultaram em 11 coleções e 12 florestas, em diferentes cidades de Goiás: Itapuranga, Araçu, Goianira, Nazário, Rio Verde, Caturaí, Senador Canedo, Professor Jamil, Hidrolândia, Caldas Novas, Bela Vista, Alexânia, Teresópolis e Nerópolis. Além de quatro nas capitais Goiânia e Brasília.

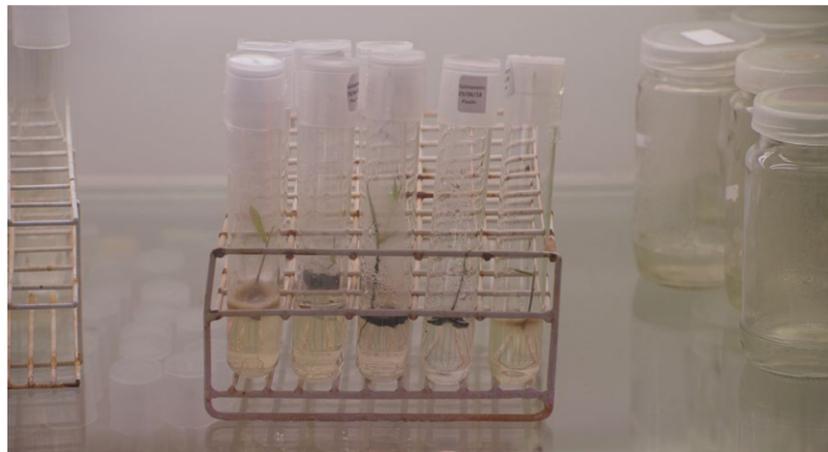
Tratamento de esgoto

O professor Rogério Almeida estudava o tratamento de esgoto com plantas e conheceu trabalhos feitos a partir do bambu. Ele explica que a planta deve-



Bárbara Zaiden

Os produtores Rose e o esposo Stephan Posch, o professor Rogério e Paulo Faria, técnico do laboratório



Cultivo *in vitro* de diferentes espécies de bambu na EA

ria ser mais valorizada, ao invés de ser tratada como uma praga. “O pessoal fala: ‘quero bambu não, isso é praga, como que eu vou arrancar isso depois?’. Não é para arrancar, não é praga. Essa é uma planta rústica”.

No tratamento de esgoto, o bambu tem uma capacidade muito mais eficiente do que tecnologias atuais. A proposta, testada por Rogério em um esgoto industrial de Senador Canedo e em esgoto doméstico em Goiânia, é usar os dejetos como alimento para a planta. As raízes filtram a sujeira até a água ficar limpa a ponto de poder ser reutilizada para o consumo humano.

“Resolve dois problemas: o ambiental, do descarte do esgoto não tratado; e o econômico, porque produz muito bambu, que é um produto de valor. Ele ainda diminui a temperatura, aumenta a umidade do ar, sequestra carbono. Tem uma série de vantagens. A ideia é essa: aplicar o

esgoto nas raízes do bambu e ele vai absorver”, explica Rogério. Mas o professor afirma que ainda há um certo preconceito e desinteresse, principalmente por parte do poder público.

Outro ponto positivo é o plantio de espécies nativas em Áreas de Proteção Permanente (APPs), para a recuperação de ambientes degradados. “O fato de ser nativo é importante, porque nas áreas de preservação permanente não se pode plantar culturas exóticas. Sendo nativo, abre uma perspectiva de plantio nas margens dos nossos rios”, explica o professor Rogério.

Esse é o caso do *Guadua magna*, um tipo de bambu nativo das margens do Rio Crixás. A planta foi localizada pelo ex-aluno da universidade, Roberto Magno. E batizada em homenagem a ele.: “magna”. O estudante transformou a descoberta em dissertação de seu mestrado, defendida na UFG.

Subprojetos

A Rede Bambu Goiás tem, ao todo, seis subprojetos que dialogam entre si. A pesquisa coordenada pela professora Dalva Graciano Ribeiro (ICB) analisa morfológica e anatomicamente os bambus existentes em Goiás. Além disso, promove expedições para buscar novas espécies. Já foram descobertas várias, inclusive na Sede Campestre do Adufg-Sindicato, no Distrito Federal e no Mato Grosso.

O professor Sérgio Sibov (ICB) tem foco na propagação *in vitro* dos bambus *Dendrocalamus asper*, *Bambusa oldhamii* e o *Guadua magna* - descoberto pelo ex-estudante. Já a utilização da madeira para uso energético em substituição à madeira comum, com a queima de carvão vegetal, briquete e pellet, é objeto de estudo do professor Carlos Roberto Sette Jr (EA).

Rogério, por sua vez, coordena dois subprojetos, um deles é o viveiro. As mudas cultivadas posteriormente são doadas. Uma das atividades desenvolvidas foi uma parceria com a Escola Família Agrícola de Goiás. Foi feita a capacitação dos alunos, que são filhos de agricultores familiares da região da Cidade de Goiás. Eles aprenderam sobre cultivo, manejo, extração de bambu e puderam colocar em prática com as mudas doadas.

O broto de bambu já faz parte da alimentação humana. Esse é o foco do subprojeto coordenado professora Rosângela Vera (EA). São ofertados cursos para a comunidade.

Um exemplo de sucesso dos cursos são os proprietários da Fazenda Indaiá, em Caldas Novas, que há quatro anos fazem o cultivo da planta e agora produzem comercialmente o broto de bambu em conserva. “Hoje já virou uma marca, somos produtores orgânicos. São mais de 100 potes feitos por dia. Tem gente de olho na receita mas eu não dou, não vendo, não anoto nada. Faço tudo de cabeça”, explica Rose Monteiro, que aperfeiçoou sua técnica em um dos cursos realizados pela EA.

Professor do ICB lidera artigo

Publicação de alto impacto, liderada por um professor da UFG, qualifica pesquisa na universidade

Um dos fenômenos naturais mais intrigantes da biologia é a distribuição da vida na Terra. A América do Sul é especialmente interessante por ser a região com a maior biodiversidade do planeta. Há muito tempo, os pesquisadores possuem a hipótese que a causa para isso seria a Cordilheira dos Andes, única cadeia de montanha que corta os trópicos e que está bem ao lado da Amazônia, que concentra a maior biodiversidade do planeta. Os padrões de biodiversidade são muito complexos e, até hoje, entender suas causas é um desafio constante: os fatores envolvidos são múltiplos, simultâneos e envolvem longuíssimos períodos de tempo.

Tentar entender estes fenômenos com um experimento de campo objetivo é impossível: embora existam indícios, as mudanças climáticas, causas e efeitos que formaram a Amazônia e sua diversidade atual aconteceram há milhões de anos e ao longo de períodos de milhares de anos. A revista científica *Science*, uma das publicações mais conceituadas do mundo, publicou no dia 19/7 o artigo *Modelling the ecology and evolution of biodiversity: Biogeographical cradles, museums, and graves*, que teve como pesquisador responsável o professor do ICB e membro do departamento de Ecologia e Evolução da UFG, Thiago Rangel.

“Essa é uma das perguntas mais antigas da biologia”, afirma Rangel, “os padrões de biodiversidade são criados ao longo de muito tempo e no planeta inteiro. Então são muitas causas atuando ao mesmo tempo, isso é parte da nossa dificuldade para ter uma resposta só ou uma resposta definitiva. Eu me envolvi com isso ainda na graduação”. Ele divide a liderança do projeto com o estadunidense Robert Colwell, que foi seu orientador de doutorado. No total, nove pesquisadores atuantes em cinco países assinam o trabalho, sendo que quatro deles são aqui da UFG, em Goiânia. A conquista é tão relevante que o professor já foi procurado por diversos veículos de comunicação da mídia nacional e internacional.

O experimento propôs reconstruir o passado da formação da biodiversidade da América do Sul usando realidade virtual a partir de

um modelo de simulação por computador. Assim, foi possível analisar e comparar os padrões da biodiversidade da simulação com os padrões da realidade natural. Por exemplo, será que a Amazônia digital teria a mesma biodiversidade que a real? “Eu aprendi programação de computadores muito cedo, por sorte”, lembra Rangel, “então eu juntei o meu conhecimento de computação com o tema. Essa história de criar modelos de simulação para recriar a realidade dentro do computador é assunto do meu primeiro artigo científico, lá na graduação. Essa tem sido minha principal linha de pesquisa desde então”.

Foram usadas no modelo as estimativas de temperatura e chuvas no passado do continente dos últimos 800 mil anos, que afetam quando e onde as espécies poderiam sobreviver. “A parceria internacional entrou justamente aí”, destaca o professor, “a gente não tem no Brasil uma linha que se chama Paleoclimatologia - o estudo dos climas passados. Então eu precisei formar essa parceria para realmente ser um estudo interdisciplinar. Sem esses paleoclimatólogos, esse artigo não existiria”.

O projeto teve início há cinco anos. Ele convidou seu ex-orientador de doutorado nos EUA, Robert Colwell, interessado nessa área. “Ele veio, se integrou inteiramente na UFG. É um cara de fácil integração, orientou aluno no nosso programa, virou professor no programa de pós-graduação, mas o motivo principal era de fato esse projeto de pesquisa”, elogia Rangel. E não foi por acaso que durou cinco anos: “foi bem mais difícil do que estávamos esperando”, disse o professor. São nove autores no total, que atuam em cinco países. Os outros quatro são aqui de Goiânia: “eu, o professor José Alexandre, tem meu aluno de doutorado, Marco Túlio Coelho, e a Fernanda Casemiro que é pós-doutoranda do departamento”, enumera Rangel, destacando que sem os companheiros seria impossível realizar a pesquisa.

Pela simulação os pesquisadores puderam determinar quando as espécies surgiam, como elas se dispersavam, como desenvolviam tolerâncias, como eram extintas e porquê. Os pesquisadores puderam



“É possível fazer isso aqui. Eu saí daqui mesmo, sentei no mesmo banco que me



Professores Thiago Rangel, Fernanda Casemiro e José Alexandre Felizola, do ICB

publicado na revista Science

Bárbara Zaiden



us alunos”, afirma Rangel



comprovar que os Andes ofereceram as condições ideais para a acumulação de biodiversidade de espécies que subiram e desceram as montanhas durante os ciclos glaciais. E comprovaram uma conexão de dispersão entre espécies que saíram dos Andes para a Mata Atlântica e vice-versa. No final, o mapa da biodiversidade simulada contemporânea ficou muito próximo ao mapa real da biodiversidade na região.

“A América do Sul é o que é por causa dos Andes. A cordilheira tem um destaque enorme no nosso artigo. Como a gente tem a América do Sul inteira dentro do computador e podemos fazê-la como a gente quiser, nós podemos fazer o que nenhum ecólogo pôde”, explica. “Essa importância dos Andes já era uma hipótese bem conversada. Se especulava quais seriam os motivos só que ninguém nunca tinha mostrado formalmente”, disse, “nós mostramos com a melhor ferramenta que a Ciência tem, que é o modelo de simulação, já que na prática não temos como voltar no tempo”.

E onde todo esse trabalho foi feito? “Ele foi desenvolvido aqui em Goiânia no meu computador (risos). Na hora de criar o modelo você precisa de tempo, criatividade e uma capacidade técnica de computação. Sinceramente, o pessoal da computação é dez vezes melhor do que eu, mas tenho qualificação técnica suficiente para recriar isso. O modelo fica lento, trava, mas eu vou tropeçando e andando”, disse Rangel. O departamento

tem um *cluster* de computadores de alto desempenho, que rodou a simulação por oito meses, 24 horas por dia. “Quem desenvolveu o modelo em termos de computação fui eu, mas em termos intelectuais foi o grupo inteiro. Debatíamos, tínhamos ideia, eu inseria no modelo, dava errado, a gente voltava, conversava de novo”, explica o professor.

Rangel acredita que este tipo de experimento não havia sido tentado antes por questões que superaram a resistência da Biologia com a Informática. “Existe uma barreira técnica e é algo novo”, explica, “não é uma questão de ‘eu não gosto disso’. No momento estamos na crista da onda, mas acredito que em mais uns 15 anos isso não vai ser mais uma novidade tão grande”.

Eles também conduziram o mesmo experimento removendo os Andes da equação para mensurar a importância da Cordilheira. E, de fato, perceberam uma queda gradual na biodiversidade de toda a América do Sul. “A gente recriou a América do Sul sem os Andes para ver o que acontecia com a biodiversidade, mantendo todo o modelo igual, menos os Andes. Fiz esse experimento no computador e, como todos achavam e agora mostramos de fato, se não fosse os Andes, não teríamos a Amazônia do jeito que é, a Mata Atlântica do jeito que é. Curiosamente, a biodiversidade que temos no Brasil é por conta dos Andes, que não estão no nosso território”, finaliza.

Conquista para Goiás

“Tem vários marcos aí. Esse é o primeiro artigo de pesquisa liderado pelo pessoal da UFG. Não apenas liderado por um professor da UFG, mas por um professor que fez graduação na universidade. Acho que isso é mais simbólico ainda”, destaca o pesquisador, chamando atenção para o valor da formação e produção regional “eu sou goianiense, o único do departamento. O ICB está fazendo 50 anos”. Rangel também parabenizou todo o esforço do professores do departamento e do instituto nas últimas décadas. “Isso não acontece de repente. É esforço principalmente do José Alexandre Felizola, do Luís Maurício Bini, do Rogério Bastos, nos últimos 20 anos”, destaca.

Ele conta que o artigo é o resultado deste esforço conjunto de anos de trabalho. “O grupo de Eco-

logia e Evolução da UFG é o mais produtivo do país e temos patamar internacional, a gente recebe muita gente de fora. Hoje, no departamento, devemos ter uns quatro ou cinco pós-doutorandos europeus e americanos que vêm estudar com a gente. Eu diria que esse artigo é o que faltava pra nós”, finaliza.

Em tempos de EC 95 e cortes na educação e na ciência, o professor destacou que esta conquista veio com recursos nacionais e dinheiro público. “Sou muito grato às oportunidades que o Brasil me deu. Estudei em universidade pública desde a graduação. Meu doutorado foi pago pelo país, minha pesquisa é paga pelo país, meu salário é pago pelo país. A mensagem é de que é possível fazer isso aqui. Eu saí daqui mesmo, sentei no mesmo banco que meus alunos”, conta.

Adufg envia dez docentes para o XIV

Foram organizados debates e elaboradas propostas para a educação,

Deleção do Adufg durante o evento, que ocorreu no final de julho no Maranhão



Dez professores representaram o Adufg-Sindicato no XIV Encontro Nacional do Proifes-Federação, em São Luís (MA), entre os dias 25 e 28 de julho. A federação do sindicato participou de debates e da elaboração de propostas para a educação. Como delegados participaram os professores Flávio Alves da Silva (EA), Luis Contim (UFG), Serigne Abacacar Cissé (UFCAT), Mário Piscoya (IME), João Batista de Deus (IESA), Abraão Garcia (IPTSP) e Romualdo Pessoa (IESA). Os professores Daniel Christino (FIC), Geovana Reis (FE) e Marley Apolinário (IME) participaram como observadores.

Foram discutidos os temas: conjuntura nacional e as perspectivas dos movimentos sociais; os impactos das reformas do Estado na Educação Brasileira: os desafios do movimento docente; campanha salarial, carreiras e assuntos de aposentadoria; Plano Nacional de Educação e o financiamento da Educação; direitos humanos e suas perspectivas no movimento sindical. Com mais de 40 textos, o evento deu foco aos 14 anos da federação, à carreira, à revogação da EC 95 e às eleições.

O presidente do Proifes-Federação, Nilton Brandão (Sindiedutec-PR), chamou atenção para o desafio do pleito de 2018 e o compromisso da categoria na luta para eleger can-

didatos comprometidos com a revogação da Emenda Constitucional (EC) 95. “Neste momento vivemos uma crise muito séria e que pode comprometer todas as conquistas dos últimos anos”, afirmou.

Heleno Araújo, presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), falou sobre a importância da Conferência Nacional Popular de Educação (Conape), que ocorreu em maio. E ressaltou que é necessário manter a mobilização e a união dos movimentos de educação para garantir o cumprimento do Plano Nacional de Educação (PNE), após a aprovação da EC 95. “Queremos discutir uma política educacional que atenda aos trabalhadores, mas principalmente à população brasileira. Nossa luta pela educação nesse país ainda tem muito terreno a percorrer. Precisamos permanecer atentos”.

O contexto brasileiro pós-impeachment, de retrocessos nas políticas sociais, foi o ponto de destaque e preocupação da vice-presidente da Internacional da Educação para a América Latina (IEAL), Fátima Silva. “Nossas organizações têm papel fundamental de analisar e propor políticas para o país. Precisamos de mais espaços como este encontro, de proposição e análises. Não há outra opção senão fazer a luta”, disse.

Adufg em destaque

“O encontro nacional é a oportunidade para os professores debaterem a política para a categoria, para a universidade, para a educação. Aqui falamos em propostas futuras para a federação, direitos humanos, políticas salariais e de carreira para esses próximos anos e outros assuntos de interesse da universidade”, explica o presidente do Adufg-Sindicato, Flávio Alves da Silva.

“Nessa trajetória que o Proifes vem construindo ao longo desses 14 anos, o encontro tem caráter especial por causa do momento político que atravessamos”, afirma o diretor de Assuntos de Aposentadoria e Pensão do Adufg-Sindicato, Abraão Garcia. Ele relembra que a federação teve início no Rio de Janeiro. “Mas chegou um momento de grande dificuldade por causa da questão política que vivemos hoje”, completa.

Abraão também abordou as ameaças aos aposentados e endossou o coro contra a EC 95. “Além de não ter reajustes, vão diminuir nossos salários. E os aposentados já começaram a perceber isso. É um contingente muito grande de pessoas, 10 milhões que já estão nessa situação. Temos que nos organizar para sair de casa e ir manifestar”. Abraão apresentou o texto “Os aposentados e o proces-

so eleitoral de 2018”.

Luis Contim, diretor para Assuntos Interinstitucionais, afirma que as discussões do Encontro Nacional devem pautar as ações e estratégias para o próximo ano. “A partir dessas estratégias, discutidas e deliberadas, nós iremos ter subsídio em cada sindicato para mobilizar a base e para lutar contra os ataques que o governo está empreendendo contra as universidades”.

A diretora de Assuntos Educacionais, de Carreira e do Magistério Superior, Geovana Reis, destaca: “é fundamental o encontro do Proifes. Até porque a gente está num momento específico da política no Brasil que exige tanto da federação, quanto da Adufg, medidas de continuidade das lutas, de conseguir fazer com que a gente não perca direitos que foram duramente conquistados. É fundamental para alinhar as nossas bandeiras de lutas”.

O diretor Administrativo do sindicato, João Batista de Deus, destaca que a federação teve uma atuação e intensa de defesa dos direitos dos filiados, dos professores, da ciência, da tecnologia. “Isso foi fundamental para que nos conseguíssemos ter um ganho salarial e um crescimento da universidade, o avanço da ciência”.

Daniel Christino, diretor de Promoções Sociais, Culturais e



Mário Piscoya (fundo), Serigne e Luis Contim



Presidente do Adufg, Flávio Alves da Silva



Diretor do Adufg, Daniel Christino

Encontro Nacional do Proifes-Federação

com foco na conjuntura nacional e nos movimentos sociais

Fotos: Guilherme Fernandes



Científicas, enfatiza a importância de modular as lutas de docentes pelo debate nacional, “tanto do ponto de vista de Brasília quanto dos outros sindicatos. Nós temos apoio em outros entes federados. Então você consegue articular estratégias, definir prioridades e isso é uma grande reunião de pessoas que pensam o movimento sindical”, ressalta Daniel.

Direitos humanos

Os Direitos Humanos, tema que muitas vezes parece ficar de lado quando a vida acadêmica é discutida, tem sido foco da Federação, por meio das atividades do Grupo de Trabalho Direitos Humanos: raça/etnicidade, gênero e sexualidades, que existe desde 2017. “É sobre a indiferença com essa pauta que queremos falar”, afirmou o professor Alex Reinecke, diretor do Adurn-Sindicato, no debate sobre a temática.

A expectativa é ultrapassar a ideia estereotipada do assunto. “A questão dos Direitos Humanos precisa permear todas as demais pautas do Proifes”, avalia a presidente da Apub e vice-presidente da Federação, Luciene Fernandes. A ocupação dos espaços de poder por mulheres também foi discutida.

As professoras Luciene Fernandes, Thais Madeira, Maria Inês

Mancuso e Matilde Ribeiro apresentaram texto referente à desigualdade de gênero e raça na ocupação de espaços de poder, incluindo a universidade. “As mulheres já são maioria no ensino superior. Mas não são minoria nos espaços de decisão. O que significa que não é uma questão de qualificação, e sim de discriminação”, afirmou Luciene.

Pluralidade e lutas

Um ponto destacado foi a pluralidade e democracia do Encontro. “Não se exige uma doutrinação ideológica partidária para ser membro da federação, ela consegue acomodar todas as vertentes e isso fica muito claro nas discussões dos diversos temas que temos aqui”, afirma o professor Marley Apolinário, da UFG.

O professor Serigne Ababacar Cissé destacou o evento como um “espaço de debate bem aberto e democrático”. Ele relembra que o principal ponto do debate, agora, é a revogação da Emenda Constitucional 95. “Se não houver essa revogação nós iremos caminhar para um retrocesso, inclusive podendo chegar a uma situação catastrófica da universidade de maneira geral. Portanto, o encontro do Proifes se torna um espaço onde propostas dos diversos participantes realmente são acolhidas e a diretoria as leva adiante”.

O professor Mário Piscoya destaca a necessidade de informar aos docentes sobre a atuação da federação. “Precisamos melhorar nossa informação, ter uma campanha mais agressiva mostrando os louros que teve o Proifes desde a criação. Isso implica desconstruir alguns discursos errados que são propagados e buscam desinformar professores que não têm uma base política e que não têm conhecimento sobre a federação”.

Uma das temáticas abordadas pelos presentes foi que os professores e professoras do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (EBTT) sofrem assédio moral devido à desinformação sobre a equiparação da carreira com a do Magistério Superior, e passam por muitas situações que até restringem a atuação dos profissionais. “Essas situações acontecem com professores do EBTT no Brasil todo, mas contamos, na Adufscar, com o auxílio do sindicato, apoio e assessoria jurídica, e conseguimos resistir e combater esse processo lá”, afirmou Thais Fernanda Madeira (Adufscar-Sindicato), ao comentar o texto “Os desafios para as professoras do EBTT da UFSCar”.

Encerramento

Após o debate dos temas propostos, a vice-presidente, Luciene,

parabenizou o Proifes-Federação pela inclusão da pauta dos Direitos Humanos como um dos temas centrais de debate desta edição do Encontro Nacional. “O Proifes demonstrou estar na vanguarda do movimento sindical docente e conectado com demandas das professoras e professores, sindicatos e, em maior grau, da educação brasileira, humana e humanizada, pública, gratuita, de qualidade, e socialmente referenciada”, destacou.

O presidente da federação, Nilton Brandão, encerrou o XIV Encontro Nacional destacando a número de delegados e participantes presentes, e a qualidade dos debates propostos. “Esta edição do Encontro foi não só a maior da história do Proifes em número de participantes, com quase 160 pessoas, mas também a maior na quantidade de textos propostos e debatidos. E vale destacar que a qualidade dos textos foi excelente, as discussões e intervenções foram altamente propositivas, críticas e construtivas, e isto demonstra a força e avanço do Proifes em suas lutas e para enfrentar os desafios atuais e futuros”, concluiu.

Conferira a os vídeos do evento no site do Adufg-Sindicato e nas nossas redes sociais.



Professor Romualdo Pessoa



Diretores João de Deus e Geovana Reis



Diretor do Adufg Abraão Garcia

Relembrando a Mostra Milton Santos

Entre os dias 24 e 27 de junho de 2002 foi realizada pela primeira vez a Mostra Multicultural Milton Santos. Idealizada e realizada pelo Adufg-Sindicato, o evento cultural foi criado para debater a sociedade e a universidade com temas relevantes como o poder da mídia e a identidade cultural goiana. Pontos fortes do evento eram as apresentações musicais e debates sobre educação e a vida acadêmica. O foco principal era mostrar e discutir a importância das Ciências Humanas em um evento interdisciplinar. A data foi escolhida para coincidir com o primeiro aniversário de morte de Milton Santos, professor e geógrafo de grande influência na Ciência brasileira.

A primeira edição foi durante a presidência do professor João de Deus (IESA), que manifestava interesse de que o Adufg-Sindicato tivesse um evento cultural de grande porte aberto à sociedade. Mas ele também tinha a preocupação de que, ao mesmo tempo, fosse voltado para a comunidade acadêmica. “A mostra Milton Santos envolvia toda a UFG e ao mesmo tempo servia para mostrar a universidade. Era o que a extensão devia fazer mas na época, a UFG e a extensão não tinham recursos”, lembra. João contou que este tipo de evento e debates foram inéditos no movimento docente.

“Nós tínhamos apresentações de teatro, de música, do pessoal das artes, tínhamos palestras com o pessoal da Letras, era uma coisa bem grande mesmo. Isso chamava o público”, relatou João de Deus. E completa: “a Mostra Milton Santos tinha como mexer com a universidade por dentro e, ao mesmo tempo, manter nossa relação com o público externo. Isso era muito interessante”.

A mostra acontecia a cada dois anos em Goiânia para contribuir com a

evolução científica e cultural do estado.

A segunda edição aconteceu em 2004 com o tema *Universidade, Ciência e Sociedade* e foi pautada, inclusive, por um debate sobre cotas, minorias e etnias antes das ações afirmativas serem implantadas na UFG. Esta edição também teve palestra sobre a importância do farmacêutico, atendimento de saúde ao público, além de visitas de estudantes da rede pública que visitaram laboratórios do Campus Samambaia.

A terceira Mostra Multicultural Milton Santos, de 2006, teve como tema *A natureza em fúria*. O aquecimento global e as mudanças climáticas eram as pauta principais. Foi feita uma palestra intitulada *A revanche da natureza*, promovida pelo professor Aziz Ab'Saber. Esta edição foi movida por palestras e atividades sobre saúde, doenças, prevenção e sustentabilidade.

A quarta e última, que ocorreu em 2008, teve como tema *Ciência e Tecnologia à Serviço da Sociedade*. Foi destacado como a pesquisa científica é fundamental para o avanço da qualidade de vida da população.

Inspiração

Nascido em 1926, em Brotas de Macaúbas, na Bahia, Milton Santos era professor emérito de Geografia na Universidade de São Paulo (USP). Ele ganhou o Prêmio Internacional de Geografia Vautrin Lud, em 1994, conquistou 12 títulos de *doutor honoris causa* em universidades estrangeiras e escreveu mais de 30 livros e 400 artigos científicos, publicados em diversos idiomas. Uma das principais vozes da resistência intelectual no Brasil e no mundo, Milton Santos dizia: “não é intelectual aquele que não se preocupa com os pobres, com os desvalidos, com os oprimidos e com os excluídos”.

Com a palavra, Milton Santos

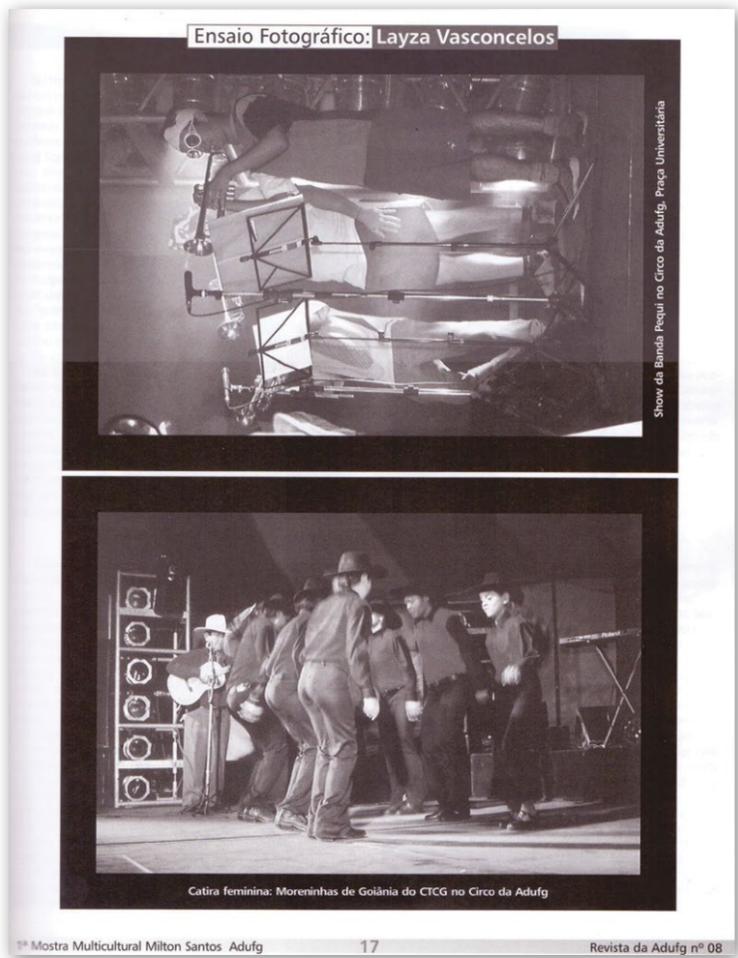
Em entrevista à antiga Revista Adufg, Milton chegou a comentar sobre o que chamou de ‘o drama da vida acadêmica’: “há uma reserva de gente interessante nas universidades que não tem como se fazer escutar. Acho que um dos papéis de associações como esta (Adufg) seria o de ajudar a revelar isso, ao invés de permanecer na coisa repetitiva de medalhões, pessoas que são importantes. Esse é o drama da vida acadêmica e que a empobrece. Seria o caso de encontrar a forma de torná-los evidentes.

As universidades brasileiras não sabem premiar. Não há um sistema de premiação de dentro e que seja feito de maneira isenta. Devemos incitar as autoridades acadêmicas a fazer e, ao mesmo tempo, tomar iniciativas. Aí, o processo de produção e difusão de ideias seria acelerado. Acho que devia juntar tudo: estimular a originalidade de pensamento, despertar posições e fazê-las conhecidas da sociedade em geral”. O texto completo foi publicado na Revista Adufg nº4, arquivada no sindicato.

Evento multicultural promovido pelo Adufg-Sindicato marcou a UFG com convidados especiais e debates temáticos importantes



Primeira edição da Mostra foi destaque da Revista Adufg



Novos docentes, outros desafios

Bárbara Zaiden

Ex-presidentes Márcio Florentino e João de Deus relatam os problemas enfrentados por professores recém-chegados à UFG

Em 1997 foi a vez do professor Márcio Florentino (FO) assumir a presidência do Adufg-Sindicato. O governo Fernando Henrique Cardoso (FHC) estava prestes a ser reeleito e a universidade não passava por um bom momento. Márcio era um professor recém-chegado à UFG: havia se graduado pela instituição e retornara como professor em 1994, além de ter sido membro do conselho de representantes. “Havia um discurso muito forte, semelhante ao que paira hoje sobre privatização das universidades, cobrança de mensalidade, uma lógica bastante privatista que inviabilizaria todo o sistema público de ensino superior”, relembra.

Ele conta que existiam muitos professores novos na instituição. Para conhecê-los, a então associação passou a realizar cafés da manhã nas unidades. “Conversávamos com os professores sobre o debate geral que vinha se configurando. Era um período de baixas perspectivas: muitos iam se aposentando ou indo trabalhar em instituições particulares por causa da pressão”, conta Florentino, “essa experiência eu considero bastante importante porque havia uma receptividade muito grande e os professores também sentiam nosso acolhimento, se sentiam valorizados, sendo ouvidos. Isso acabou refletindo no movimento: tivemos greve com grande adesão, assembleias cheias”.

Outro aspecto importante, defende Márcio, foi a abertura de diálogo e debate com o movimento docente. “A gente conseguiu alinhar o debate sobre as necessidades da universidade, sobre

as perspectivas políticas do país no movimento científico-tecnológico”, afirma. Outra medida foi o investimento na agenda social do Adufg “ativamos os espaços de convivência que a gente tinha, nossa agenda cultural, investimento em comunicação. Acho que foi um movimento que encaminhou a Adufg para o que ela é hoje. Cresceu bastante a partir desse investimento”, conta.

Márcio não terminou o seu mandato, que começou em junho de 1997 e durou cerca de um ano, pois paralelamente integrou uma chapa que foi eleita para o Andes. “Cheguei a ficar um tempo acumulando as funções de presidente da Adufg e de tesoureiro da Andes. Mas na sequência ficou impossível, porque eu tinha que ficar muito em Brasília. Foi quando me afastei”, conta. Em seu lugar assumiu o vice-presidente Romualdo Pessoa, que anos depois seria presidente.

A presidência seguinte à de Márcio foi do professor Reginaldo Nassar, pela segunda vez. Depois tomou posse João de Deus, da Geografia, em junho de 2001. Assim como Márcio, era novo na universidade, mas tinha histórico no movimento político, participou de movimento estudantil secundarista em pleno período ditatorial. Foi vereador em Catalão antes de se tornar professor da UFG, em 1994. Primeiro deu aulas em Jataí, se mudou para Goiânia, em 1998. João de Deus ingressou na militância docente por influência do amigo e então presidente Reginaldo Nassar. “Eu pensei: ‘puxa, acabei de entrar [na UFG]’. Mas ele disse: ‘você tem experiência política e isso que é importante’”, relembra.



Professor João de Deus e seu companheiro Brutus, em casa, em Goiânia

Greve de 100 dias

João tomou posse no sindicato e em agosto teve início uma greve que durou mais de 100 dias. “Entrei em uma fria (risos)”, brinca, “foi uma greve muito longa, muito radical”. A pauta era a incorporação das gratificações e o aumento salarial. Contudo, a incorporação das gratificações beneficiaria os professores antigos mas não agregaria muito aos novos, relembra.

Apesar disso, esse dilema não prejudicou o sindicato nem o movimento docente. Após os cem dias, foi apresentada uma proposta, aceita pelo Governo Federal. Por ser uma greve nacional, o Adufg dialogou e se posicionou junto com outras associações. “Nossa proposta era incorporar metade da gratificação e a outra metade de recurso dava de aumento de salário. O governo só tinha um montante de verba. Eram R\$ 350 milhões na época. Isso atendia aos novos, aos antigos e aposentados”, conta.

Segundo João, começar a presidência com uma greve tão pesada foi um desafio. Assim como ocorreu com Márcio anos antes, ele também era professor recém-chegado à instituição. Por isso teve certa rejeição dos outros, que estavam divididos no apoio a ele. “Foi muito complicado, mas a greve

serviu para eu me firmar na diretoria. Eu tinha uma certa experiência política, tinha sido vereador, não era uma pessoa inexperiente como eles pensavam. Eu tinha uma certa bagagem”.

Na mesma época, algumas relações sindicais, especialmente com o Andes, começavam a se desgastar. “A partir dessa articulação da greve de 2001 começamos a organizar nacionalmente a proposta do Proifres”, relembra. Em 2011, o Adufg se desfilia do Andes, trabalhando em prol da criação do Proifres-Federação.

João de Deus destaca um fato importante durante sua gestão: a criação da Mostra Cultural Milton Santos (reportagem na página ao lado), com extensa programação acadêmica e cultural, incluindo mostra de cinema, shows e palestras. O professor destacou este envolvimento da comunidade universitária com o evento (ver página 12). Ele chamou atenção para o tamanho do evento, que, por sua agenda extensa, conseguia atrair um grande público.

Observação: o professor Márcio Florentino não mora em Goiânia, por isso não foi possível produzir uma foto com ele para a matéria.

Literatura promove encontro de antigos amigos

Lançamento do livro da professora Heloísa reuniu antigos amigos e colegas no Adufg-sindicato

Bárbara Zaiden



“Eu fico muito emocionada, porque é um encontro de antigos amigos. Amigos de longa data”, disse a professora Heloísa Helena de Campos Borges sobre o evento que marcou o lançamento do livro *As fomes do mundo e outras crônicas*, no dia 7 de agosto, na Sede Administrativas do Adufg-Sindicato.

Era esse o sentimento que pairava no ar, com filas para a noite de autógrafos. Os convidados aproveitaram a oportunidade para retomar contato e confraternizar com antigos amigos, com abraços fraternos e muito orgulho pelo trabalho publicado.

As fomes do mundo e outras crônicas traz 31 textos escritos por Heloísa, que é graduada em Letras Modernas, português-francês, ex-presidente da Academia Feminina de Letras e Artes de Goiás (Aflag) e aposentada do Curso de Letras da UFG. A orelha do livro e o prefácio são assinados pelos escritores goianos Gilberto Mendonça Teles e Maria Helena Chein, respectivamente.

Heloísa explica que as crônicas são um reflexo de sua vida: experiências simples e cotidianas até as mais marcantes. “Seriam momentos que me trazem um bocado de

sentimento sobre coisas que eu já vivi e às vezes coisas que eu almejo alcançar”, explica quais são as inspirações.

Um dos textos preferidos da autora é “Existe diferença, sim!!!”, escrito com base nas experiências que ela teve quando fazia fisioterapia junto com algumas pessoas com Síndrome de Down.

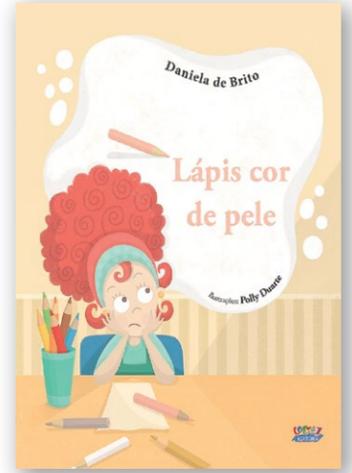
“Como qualquer pessoa, o portador de Síndrome de Down é capaz de amar, de expressar alegria, satisfação, de sentir medo, tristeza, de sofrer com o abandono, com a rejeição. Portanto, é preciso olhá-los sim, porém internamente”, diz um trecho da crônica.

As atividades de fisioterapia foram necessárias após Heloísa passar por uma séria cirurgia, sem a qual não teria risco de sobreviver e com a qual poderia ter sequelas para o resto da vida. Após o procedimento, ela teve a mobilidade do corpo reduzida mas é consciente de que optou pela melhor alternativa. Todo o dinheiro arrecadado na venda dos livros, feitas durante o lançamento, foi destinado à Vila São Cottolengo, especializado em reabilitação física, auditiva e intelectual.

Lápis Cor de Pele

Daniela de Brito / Cortez
Editora/ 1ª edição/ 32 páginas

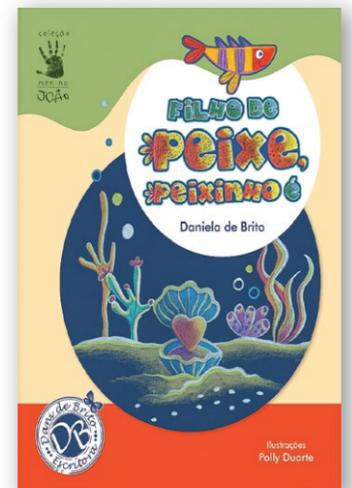
Em Lápis Cor de Pele, a autora dá foco ao ensinamento de preconceitos e diferenças às crianças. A principal cena se passa na escola, quando uma menina pede emprestado um lápis “cor de pele” e o colega lhe dá um da cor rosa. Intrigada, Ana compara a cor com a de seu braço e também percebe a diferença que a pele dela tem da do irmão. Em casa, os pais explicam de onde vem essa diversidade de cores, lição que ela espalha na escola.



Filho de Peixe, Peixinho é...

Daniela de Brito/Editora Cortez
1ª edição/ 48 páginas/
Ilustrações: Polly Duarte

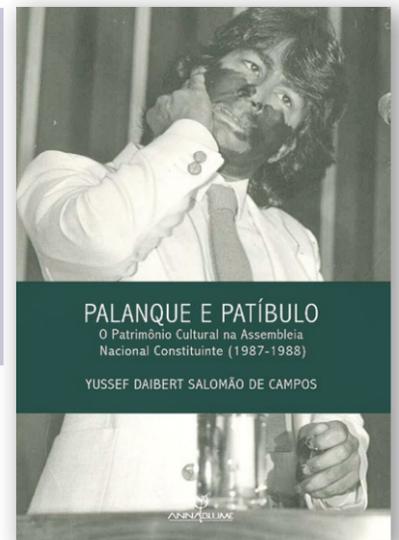
Adulto fala uma coisa, criança entende outra. João tem um jeito divertido de explicar expressões como ‘arrancar os cabelos’, ‘esfriar a cabeça em água quente’, ‘até embaixo d’água’ e tantas outras. Uma forma divertida de ensinar às crianças as expressões de linguagem.



Palanque e Patíbulo: o patrimônio cultural na Assembleia Nacional Constituinte (1987-1988)

Yussef Daibert Salomão de Campos
Editora Annablume/ 1ª edição/ 260 páginas

O livro nasce de um trabalho realizado durante o doutorado em História, desenvolvido pelo professor Yussef entre 2012 e 2015 na Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). As pesquisas investigavam as entranhas dos processos legislativos que produzem legislações para e sobre o patrimônio cultural. Neste livro, o professor aborda como a Assembleia Nacional Constituinte se apropriou do tema como objeto constituinte. Neste período, vetores diversos atuaram para formatar o que passou-se a conhecer como artigo 216. O dispositivo constitucional conceitua o que é patrimônio cultural, quais as categorias, os instrumentos de preservação, proteção e salvaguarda, além de definir o tombamento de sítios quilombolas. Mas um tema levantado é de o que pouco se sabe é como esse artigo foi concebido; como os atores sociais e políticos atuaram para sua construção; quais disputas emergiram durante o processo; o que ficou silenciado e o que se destacou ao final da Constituinte quando se trata de patrimônio.



Solidariedade aos professores da UFSC

Agecom UFSC



Cancellier cometeu suicídio em outubro de 2017

O Proifes-Federação publicou, no dia 28 de agosto, uma nota em solidariedade com os professores da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e em defesa do Estado democrático de direito.

Segundo o texto, o reitor da UFSC, professor Ubaldo Balthazar, e o chefe de gabinete, professor Áureo Moraes, estariam sendo ameaçados de prisão ou mesmo a pagar multas por não terem reprimido manifestações contrárias ao abuso policial. As manifestações foram contra a prisão do ex-reitor da instituição, Luiz Carlos Cancellier, no ano passado. O abuso policial teria sido como consequência o suicídio do pesquisador.

A federação interpreta que tais ações visam cercar o direito de livre expressão do pensamento e intimidar e silenciar manifestações que são legítimas.

A carta também declara que “trata-se de um ataque a todos os educadores brasileiros e, em particular, aos professores e professoras das redes federais de Universidades e Institutos Federais”. Além de ser de uma tentativa clara de interferir na autonomia universitária, garantida pela Constituição Federal.

A nota salienta que “o assédio moral às Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), pela via da criminalização do pensamento crítico é incompatível com a construção de um Brasil justo, democrático, desenvolvido e soberano”.

Entenda mais

Cancellier cometeu suicídio no

dia 2 de outubro do ano passado. Ele foi acusado pela Polícia Federal de tentar obstruir as investigações da Operação Ouvidos Moucos, sobre possíveis desvios e irregularidades em um programa de ensino à distância na UFSC.

A prisão do reitor e de outras sete pessoas foi decretada e o campus foi invadido em uma operação envolvendo 100 policiais. Ele foi preso e solto no dia seguinte. Foi argumentado, à época, que não haviam provas contra o ex-reitor.

A Ouvidos Moucos continua tendo desdobramentos dentro da UFSC até hoje. O suicídio de Cancellier mobilizou autoridades em todo o país e principalmente em Santa Catarina.

Em nota, o procurador-geral do Estado, João dos Passos Martins Neto, declarou que Cancellier foi vítima de abuso de autoridade. “Por isso, respeitado o devido processo legal, é indispensável a apuração das responsabilidades civis, criminais e administrativas das autoridades policiais e judiciárias envolvidas”.

O Proifes-Federação defende que foi um caso claro de abuso de autoridade e “como representante de professores e professoras de Universidades e Institutos Federais, o PROIFES-Federação denuncia publicamente essas lamentáveis e inadmissíveis ações, afirmando e reafirmando a sua firme e inabalável disposição de resistir a quaisquer tentativas de retorno a tempos obscuros de arbítrio e autoritarismo”.

Alunos de engenharia conseguem recursos para ampliarem laboratórios

Os laboratórios dos cursos de graduação em engenharias Elétrica, Mecânica, Ciências da Computação, Civil e Ambiental e Sanitária devem receber, cada um, R\$ 80 mil vindos de uma emenda parlamentar aprovada pelo Ministério da Educação (MEC). A demanda foi uma iniciativa de dois alunos gradu-

andos da UFG, Filipe Augusto Abreu e Ana Priscila Abreu junto a um deputado federal por Goiás. O reitor da UFG, Edward Madureira, já demandou as especificações dos equipamentos a serem adquiridos com urgência para que os empenhos sejam feitos assim que o recurso for liberado.

Charles Adryel



Faculdade de Engenharia, no Setor Universitário

Professor do CEPAE é finalista do Prêmio Educador Nota 10

O professor de Educação Física, Leonardo Andrade, do Centro de Ensino e Pesquisa aplicada à Educação (CEPAE/UFG), foi classificado entre os 50 finalistas do Prêmio Educador Nota 10, oferecido pela Fundação Victor Civita. Leonardo passou para a segunda eta-

pa que selecionará 10 vencedores, além de uma premiação especial para o Educador do Ano. O projeto classificado visa ampliar o repertório de brincadeiras da turma do 5º ano e apresentar a cultura africana e indígena, além de promover práticas contra o racismo.

Música para curar

A professora Cláudia Zanini foi a primeira do curso em musicoterapia e dedicou sua carreira ao poder terapêutico do fazer musical

Bárbara Zaiden

“Fui a primeira professora concursada na UFG do curso de musicoterapia”, relembra a professora Cláudia Zanini, que por dois anos foi a única docente de Musicoterapia da UFG. “Nesse período, as outras disciplinas eram dadas pelos colegas da música e ainda não havia algumas demandas específicas”, completa. Ela entrou para a universidade em 1999, quando graduação fez parte da Escola de Música e Artes Cênicas (Emac). Hoje, a professora se prepara para um pós-doutorado na Filadélfia, nos EUA.

Carioca, Cláudia se mudou para Goiânia aos 10 anos de idade. “Comecei a estudar piano com 5 anos, então a música sempre fez parte da minha vida. Na minha adolescência sempre cantei em coral, entrei no conservatório, fiz violão, um pouco de flauta”.

Filha de pai médico, ela conta que sempre teve apoio. Quando chegou a hora de prestar vestibular, fez dois cursos ao mesmo tempo: bacharelado em piano na UFG e Administração na então Universidade Católica de Goiás.

Depois de se formar em 1984, no mercado de trabalho, seguiu na música, como professora. Tocou pra balé, dava aula de piano, acompanhava corais e outros instrumentistas. E teve o seu primeiro contato com a Musicoterapia. “Em 1990 vi a divulgação de um curso de extensão de Musicoterapia. Isso me interessou, eu tinha tido vontade de fazer psicologia”, relembra.

Cláudia se aprofundou nos



Zanini vai para o pós-doutorado na Temple University, na Filadélfia

estudos sozinha: “passei a estudar, fui lendo, pesquisando, sempre que eu encontrava alguma coisa eu lia, só que aqui não tinha uma formação em Musicoterapia”. Alguns cursos de especialização chegavam a Goiânia e as disciplinas

específicas ministradas por professores de fora. Foi quando teve início o processo com pedido para o curso de Musicoterapia na UFG. “Nesse período as outras disciplinas eram dadas pelos colegas da música e ainda não havia algumas

demandas específicas: o estágio, por exemplo, entrava no terceiro ano do curso, no quarto que tinha a monografia”.

Em 2000 a professora ingressou no mestrado em Música, continuou dando aulas na graduação, e pouco depois seria coordenadora do curso, além de partir para o doutorado em Ciências da Saúde na Faculdade de Medicina, em 2007. Era preciso ter uma formação básica na área da saúde para isso, mas Cláudia convenceu o então diretor da faculdade sobre o papel da Musicoterapia e foi aceita.

“Minha pesquisa foi na Liga de Hipertensão do Hospital das Clínicas, é um serviço ambulatorial que atende o paciente hipertenso desde 1989”, conta, “até hoje tenho projeto de extensão da inserção da Musicoterapia na Liga de Hipertensão com alguns de graduação e já tenho egressos que fizeram mestrado em Ciências da Saúde”.

Essa inserção no doutorado rendeu um trabalho premiado como o segundo melhor artigo original, em 2009, na revista Arquivos Brasileiros de Cardiologia, da Sociedade Brasileira de Cardiologia. Para Cláudia, essa conquista foi essencial para seu campo de estudos. “A Musicoterapia ainda precisa mostrar a que veio e quais são as áreas de atuação do profissional”. Ela concluiu o doutorado antes do final da sua licença, que ia até 2010, o que é raro, e se engajou na coordenação do mestrado e na graduação.

Zanini destaca o seu interesse por ajudar as pessoas por meio da música. Ao longo dos anos, o foco foi em idosos e cardíacos. “Tenho um histórico familiar: perdi minha avó muito cedo, meu pai teve um AVC com 51 anos e faleceu”, explica, “isso marcou muito minha vida. Na época ninguém falava sobre hipertensão”.

Após o doutorado ela descobriu o Núcleo de Ensino, Pesquisa e Envelhecimento (Nepev). “Fiz parte da criação e estou na coordenação desde 2014”, conta. Agora Cláudia Zanini se divide entre mestrado, graduação, projetos de pesquisa, coordenação do Nepev e também é membro da comissão da Federa-

ção Mundial de Musicoterapia. “Ano passado precisava de coordenadora para a graduação de Musicoterapia e lá fui eu de novo (risos)”.

Mas não por muito tempo: “eu consegui ser aprovada para fazer pós-doutorado nos EUA na Temple University, na Filadélfia e vou em agosto”. A Temple é uma das universidades mais tradicionais dos Estados Unidos e se destaca nos estudos de música. “Nada por acaso, vou trabalhar na temática de Musicoterapia, envelhecimento e cardiologia. Será meu maior desafio até agora.

Vai ser a primeira vez que vou sair de Goiânia para estudar fora. O coração está bem acelerado, mas controlado”.

Hoje, a pesquisadora acredita que suas experiências pessoais ajudaram a moldá-la como profissional. E explica que a técnica não é nada sem os sentimentos. “Meu irmão mais novo tem deficiência múltipla. Ele é o motivo maior para eu ter ido pra área terapêutica. A vida inteira eu cresci vendo que precisavam de profissionais com mais do que técnica para trabalhar com pes-

soas deficientes”, conta, “eu ainda vejo isso e continuo falando para os meus alunos: a técnica, a teoria, são muito importantes, mas não adianta se você não tiver coração e não pensar que está lidando de coração pra coração. Tem que ter empatia, tem que ter envolvimento e amor no que se faz”.

Zanini vê uma trajetória construída com cuidado e tem orgulho de suas realizações. “Eu sempre soube e sempre quis ir pra área terapêutica. São 25 anos exatos na Musicoterapia, bodas de prata”, celebra, “a música não é só fim, ela pode ser meio. O fazer musical, a vivência musical, mudam as pessoas”.

Envelhecer bem